

Escrit(ur)a: um lugar de possibilidades de tornar-se outro na língua do outro⁴⁹

Mizael Inácio do Nascimento⁵⁰
Fabiele Stockmans De Nardi⁵¹

Resumo: A escrit(ur)a representa o umbral para a inscrição do sujeito na sociedade; um lugar de onde as formas de singularidade emergem, onde o sujeito pode se ver e ver o outro; uma prática a partir da qual o sujeito não somente escreve, ele também se inscreve; ele não apenas diz, ele se diz, rompe silêncios, promove deslocamentos. É neste sentido que essa prática assume um lugar de protagonismo tanto para as abordagens de ensino de línguas quanto para a própria existência do sujeito moderno. Assim, com base no aporte teórico da Análise do Discurso de orientação pêcheuxtiana, neste texto, esperamos contribuir para o debate em torno dessa prática no âmbito do ensino-aprendizagem do espanhol no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Espanhol; Ensino-aprendizagem; Escrit(ur)a; Discursividade; Subjetivação.

Resumen: La escrit(ur)a representa el umbral para la inscripción del sujeto en la sociedad; un lugar desde donde las formas de singularidad emergen, donde el sujeto puede verse y ver al otro; una práctica a partir de la cual el sujeto no solamente escribe, él también se inscribe; él no apenas dice, él se dice, rompe silencios, promueve desplazamientos. Es en este sentido que esa práctica asume un lugar de protagonismo tanto para los abordajes de enseñanza de lenguas como para la propia existencia del sujeto moderno. Así, con base en el aporte teórico del Análisis del Discurso pêcheuxtiano, en este texto, esperamos contribuir para el debate en torno a esa práctica en el ámbito de la enseñanza-aprendizaje del español en el contexto brasileño.

Palabras-clave: Español; Enseñanza-aprendizaje; Escrit(ur)a; Discursividad; Subjetivación.

Primeiras palavras

As reflexões a que nos propomos realizar neste trabalho se ancoram nos princípios teórico-metodológicos da Análise do Discurso pêcheuxtiana. Nas linhas que se seguem, promoveremos algumas reflexões sobre o ensino-aprendizagem do espanhol como língua estrangeira (E/LE, doravante) e sua relação com a escrit(ur)a e o processo de subjetivação que a envolve.

Pensar a escrit(ur)a enquanto processo é tomá-la como uma prática discursiva que se encontra em constante movimento e que nunca se fecha; é aceitar que sobre ela incidem os

⁴⁹ Recebido em 29 de março. Aceito em 28 de maio.

⁵⁰ Mestre em Letras pelo PPGL da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Assistente do Departamento de Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: nmizael@hotmail.com

⁵¹ Doutora em Estudos da Linguagem/Teorias do texto e do Discurso pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Associada do Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: fabielestockmans@gmail.com

efeitos de abertura e de incompletude, esta responsável pela busca ilusória de completude por parte do sujeito-autor em seu trabalho com a escrit(ur)a. É nesses termos que aqui estamos considerando essa prática discursiva como um rio transbordante de sentidos, histórias e memórias que habitam o (seu) (dis)curso e cujos saberes que a constituem sobre ele correm, por ele circulam e nele se movem, numa relação constitutiva com a exterioridade, que faz com que a escrit(ur)a seja tomada como discursividade em funcionamento.

Contudo, voltando nosso olhar para as práticas que norteiam o ensino de E/LE realizadas no ambiente escolar, o que se vê, frequentemente, é um trabalho que tenta “domesticar o sujeito” e que impede a inscrição de seu dizer na história, atendo-se mais à aprendizagem de mecanismos linguísticos, lista de vocabulário e a estruturas linguísticas para uma “boa comunicação” que alçam a escrit(ur)a à categoria de reprodutora de padrões institucionais.

Considerar, e mais ainda proporcionar, portanto, condições para que os sujeitos desenvolvam a capacidade de construir sentidos em suas formulações e de estabelecer uma relação com as formas materiais e os seus efeitos de sentido sem, no entanto, serem denegados e sim reconhecidos, exige uma mudança no modo de conceber a relação sujeito/língua, ou seja, deve-se voltar o olhar para a relação constitutiva sujeito/linguagem e, por conseguinte, a relação sujeito/sentido e sujeito/memória discursiva, esta funcionando como observatório dos sentidos de onde se podem constatar a contradição, o silenciamento de alguns dizeres e o deslizamento de alguns sentidos.

Espanhol como língua estrangeira: a busca por outro lugar

Ao se pensar no ensino do espanhol como língua estrangeira, é cada vez mais comum concebê-lo numa perspectiva de língua veicular, cuja função seria possibilitar a comunicação e a inserção dos aprendizes no mercado laboral. Entretanto, como sugere CELADA (2008), para romper com essa concepção instrumental da língua, cujo objetivo é formar sujeitos pragmáticos para atender às suas exigências, é necessário que se perceba a relação constitutiva sujeito/linguagem, o que implica um trabalho que também perceba a relação sujeito/sentido e sujeito/memória discursiva. Nessa perspectiva, uma reconfiguração desse sujeito, que precisa o tempo todo produzir sentidos nas suas mais diversas atividades discursivas nessa língua que é outra, deve ser produzida.

Reafirmar o ensino-aprendizagem de E/LE pelo viés do processo de subjetivação é assumir que o assujeitamento está na base do seu aprendizado, pois o sujeito está submetido às formas de dizer e à memória de sentidos que ele produz; e que os saberes pertencentes a essa outra língua se relacionam, conforme CELADA (2008: 149), “com a malha de subjetividade já inscrita em determinadas filiações históricas”. Assim, reafirmamos que a perspectiva aqui adotada é a de um sujeito que tem a ilusão de estar na origem de seu dizer, dando início ao processo de identificação. Trata-se de um sujeito não idealizado, não controlador do seu dizer, que não é consciente, nem livre, nem autônomo, mas um sujeito cindido, clivado, assujeitado, submetido à língua para poder enunciar.

Sobre o entendimento de enunciar em outra língua, baseamo-nos nas considerações feitas por SERRANI (1998: 148-150), para quem “a língua não é exterior ao sujeito que a adquire, como se o processo fosse a estocagem de palavras e de regras de conhecimento”. Enunciar em outra língua, reafirma a autora, é fundamental, pois

o termo enunciar remete ao fato de que o que está em questão é produzir (e compreender/atribuir) efeitos de sentidos (portanto, muito mais do que informações referenciais). No ato de “nomear”, predicamos, estabelecemos posições ideológicas e subjetivas, relações de poder.

Desse modo, essa tomada de posição possibilita o estabelecimento de um lugar de sujeito-enunciador de seus textos em E/LE, além de possibilitar a constituição de um sujeito que fala por si, que anseia, nomeia, se posiciona, constrói significados e ressignifica outros, posto que, como formula PÊCHEUX (2009), ao assumir uma posição, o sujeito se identifica, contra-identifica-se ou se desidentifica com os saberes de uma dada formação discursiva. Enfim, criam-se possibilidades de desestabilizar o ponto de vista único de nomear o mundo.

A enunciação em línguas estrangeiras mobiliza questões identitárias do sujeito por seu caráter contraditório, ou seja, ao mesmo em que se experimenta o novo, também é requerido ao sujeito uma estruturação subjetiva sobre a qual se construirão as memórias discursivas. É uma experiência mobilizadora, também, porque o encontro com uma nova língua, uma nova cultura provoca no sujeito inquietações e estranhamentos, pois ele passará a ser interpelado por discursos em outra língua cujas memórias discursivas não lhe constituem. Essa constatação significa pensar, nos termos de SERRANI (2003: 285), que, “se as memórias discursivas são aquilo que está inscrito no sujeito juntamente com/nas palavras da língua materna”, criar condições de enunciação para os estudantes passa a ser um caminho para que, com/nas palavras dessa nova língua, eles possam acessar as memórias discursivas que a constituem; possam

promover/experimentar o deslocamento da posição de um *eu* em direção a um *outro*, tão necessário quando se fala outra língua; possam possibilitar a inscrição dos estudantes em posições-sujeito de diferentes discursos.

O encontro com as formações discursivas fundadoras⁵² promoverá questionamentos, mobilizações e deslocamentos, sentimentos imprescindíveis se considerarmos que, na aprendizagem de uma segunda língua, está presente a língua materna por ser ela responsável pela estruturação psíquica do sujeito, uma estrutura simbólica fundamental que, nas palavras de SERRANI (2000: 118),

não deixa de estar inscrita numa rede de memórias discursivas, nas quais posições particulares resultam de relações contraditórias de poder e sentido, num determinado contexto sócio histórico. O encontro com segunda(s) língua(s) materializará uma contradição específica, representada por “ganhos” e “perdas”: relativização da língua materna e suas formações discursivas fundadoras, “ganhos” de liberdade, vivências do “novo” em contradição com sensações de perda de “identidade”.

Assim, a enunciação em outra língua representa uma tomada enunciativa no discurso, que se opõe à visão de que a língua é um mero instrumento de comunicação. Ela (a língua), ao contrário, deve ser vista como um lugar de formulação, reformulação, atualização, identificação, contraidentificação, desidentificação. Um lugar da não-linearidade, de instabilidades, já que está vinculada a processos históricos-discursivos nos quais ela se realiza. Enunciar em segunda língua, como propõe SERRANI (1998: 286), caracteriza a “tomada da palavra”, ou seja, “tomar um lugar enunciativo, que diz respeito a posições enunciativas e a relações de poder nas diversas instituições sociais (públicas ou privadas) em que todo discurso acontece”. Nesse processo enunciativo de “tomada da palavra”, as identificações subjetivas formam parte dos elos sociais que o envolvem, e se distinguem, conforme a autora, em identidade (representação do ser) e identificação (referências ao dizer). É por meio deste último que o sujeito adquire sua singularidade.

Para se inserir na língua do outro, o sujeito passa por processos identificatórios, necessários à construção de subjetividade nesse lugar “estrangeiro” para ele. E para falar de si e dos saberes que lhe são constitutivos, o sujeito necessariamente se ancora nessa forma material que é a língua; é ela que comporta a nossa identidade. Ao se encontrar em outra língua, ele se vê diante de uma tensão entre a língua materna e a língua estrangeira. Consideramos uma tensão pelo fato de haver, irremediavelmente, um confronto entre a língua da estruturação psíquica do

⁵² Encontramos nos trabalhos da autora os conceitos de Formações Discursivas Fundadoras e Memórias Discursivas, usados como sinônimos. Ver SERRANI (2000 e 2003).

sujeito – a língua materna – e uma língua que não está na base dessa constituição psíquica – a língua estrangeira. E nesse confronto o sujeito se constitui com um *ser de/no entremeio*, posição que lhe provoca estranhamentos, perturbações, inquietudes. Trata-se de uma experiência fascinante e perturbadora porque, nos termos de DE NARDI (2009: 185), “esse encontro com a língua do outro traz o impensável descolamento entre língua e realidade, a materialização da opacidade da língua, concretizada na impossibilidade da tradução perfeita, do dizer do mesmo modo, da mesma significação”, provoca no sujeito um estranhamento, resultante do confronto com outras línguas, e um estranhamento ao se deparar com suas heterogeneidades e contradições.

São momentos de desestabilizações porque, nessa experiência, o sujeito se dá conta do impossível que habita a língua, da impossibilidade de tudo dizer por meio dela; se dá conta de um real intrínseco a essa materialidade justamente no momento em que tenta nela inserir-se. E isso ocorre porque, nos termos de MILNER (1987: 18),

o fato de língua consiste nisso que na *alíngua*⁵³ haja impossível: impossível de dizer, impossível de não dizer de uma certa maneira. Reconhece-se aí facilmente a partição do correto e do incorreto que ocupa lugar central nas gramáticas e nas descrições linguísticas.

Dessa forma, o sujeito é tomado por uma ilusão de que a língua pode ser aprendida quando, na realidade, é ela que o apreende. E ele, que se *encontra numa posição de entremeio* entre a sua língua e a língua do outro, encontra na enunciação um porto para a ancoragem de seu dizer nos processos discursivos e passa dessa posição para a de *ser sujeito* nessa/dessa nova língua, um lugar de rejeição e acolhida⁵⁴.

A aprendizagem de uma língua estrangeira revela uma busca por outro lugar por parte do sujeito, que tenta o tempo todo – mesmo inconscientemente – instaurar-se na língua do outro, vivendo a ilusão de algum dia dominá-la, um domínio que jamais será alcançado, pois não se trata a língua de um aparelho, um instrumento. Entretanto, pode-se dizer que, na visão de AIUB (2014: 15), “a busca por esse outro lugar é o que movimenta a aprendizagem”. Aprender uma língua estrangeira é perceber que existem outras formas de dizer, outras formas de se comunicar, outras formas de subjetivizar-se. Aprender uma língua estrangeira, enfim, é “deixar capturar-se,

⁵³ Cf. MILNER (1987: 17-18): “Aquilo pelo qual, de um único e mesmo movimento, existe língua (ou seres qualificáveis de falantes, o que dá no mesmo) e existe inconsciente”.

⁵⁴ Para uma leitura mais detalhada sobre rejeição e acolhida, ver DE NARDI (2009).

é imaginar que se domina, mas é ser tomado inconscientemente pelo outro da língua estrangeira”.

Rotineira e majoritariamente, há uma maior preocupação com o saber linguístico que ainda falta no aprendiz, enfocando-se de maneira marginal a relação do sujeito com sua enunciação e impossibilitando que a singularidade emergja. Disso resulta a concepção de que é necessário “aprender” e “dominar” o léxico e as estruturas linguísticas de uma dada língua para depois utilizá-las, como se a aprendizagem ocorresse por meio de um processo de armazenamento de palavras e estruturas e não por meio de processos de identificação e desidentificação entre a língua materna do sujeito e a língua estrangeira; como se a língua antecedesse o discurso.

Nas produções discursivas em E/LE⁵⁵, os fatores exteriores estão intrinsecamente relacionados aos processos interiores no ato enunciativo, dado que sujeito, língua e discursividade são indissociáveis. Para a SERRANI (2003: 291), se a língua não preexiste ao discurso, o domínio de léxico e estruturas linguísticas não é suficiente para garantir a produção de sentidos, além de que a materialização da língua sempre se dá por meios de gêneros discursivos, cuja significação se inscreve em processos sociais e históricos. “Na verdade, aprendem-se discursos, para cuja realização é indispensável a língua que, por sua vez, pode acontecer somente em discursos”. Juntamente com o ato de nomear está presente a predicação que vincula o que está sendo nomeado a uma rede de formações discursivas e memórias discursivas. Essa rede de valores e sentidos, ou formação discursiva, permite compreender que os sentidos não estão nas palavras, mas que dependem da posição a partir da qual se enuncia e do contexto de produção. As formações discursivas, assim, possibilitam as diferentes enunciações na construção do discurso, ou seja, podem propiciar modos enunciativos diversos.

Essa relação interdependente entre materialidade linguística e processo discursivo ocorre porque a língua só se materializa em processos discursivos que são da ordem do inter/intradiscursivo. No nível interdiscursivo, está a dimensão vertical do dizer e que alude à rede de formações discursivas. Na dimensão horizontal, encontra-se o nível intradiscursivo, no qual são produzidas as formulações na cadeia do dito.

Enfim, dizer-se sujeito na língua que é outra é “tomar a palavra”, ou seja, inserir-se numa discursividade em busca de um lugar a partir do qual ele se dirá sujeito e produzirá sentidos nessa outra língua. É inscrever-se, de acordo com SERRANI (1998: 248),

⁵⁵ Embora estejamos nos centrando no ensino do espanhol como língua estrangeira, essa afirmação pode ser extensiva ao ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras de um modo geral.

em traços significantes, interdiscursivos, inconscientes, que se realizam fundamentalmente por metáfora e metonímia e que vão constituindo o sujeito do discurso, pois, neste enfoque, é na linguagem que o homem é homem e se defronta com o problema de seu ser.

Esse outro lugar é que lhe possibilitará a produção de discursos numa materialidade, até então, pouco familiar.

Escrit(ur)a: um lugar de subjetividades

Definitivamente, na atualidade, a escrita ocupa um lugar de destaque nas abordagens que norteiam o ensino de E/LE (e de línguas estrangeiras, de um modo geral), cuja concepção deve ser entendida “*más allá*”⁵⁶ de uma habilidade. Trata-se de um processo em que os sujeitos rompem com os silêncios, expõem-se, desnudam-se, angustiam-se, experimentam, subjetivizam-se, buscam chegar a outra margem de um rio transbordante de sentidos, histórias, memórias, outras escritas já-lá instauradas. Enfim, os sujeitos, em sua escrita, promovem/entregam-se ao efeito de interpretação, instauram diferentes sentidos, embora como bem salienta PÊCHEUX (2009: 60) “não falem as boas almas se dando como missão livrar os discursos de suas ambiguidades, por um tipo de ‘terapêutica da linguagem’ que fixaria, enfim, o sentido legítimo das palavras, das expressões, dos enunciados”.

Escrever em língua estrangeira é repensar e renomear as coisas do mundo produzindo efeitos de sentido. É perceber o deslizamento da identidade, é transcender a aparente estabilidade dessa identidade. É dar-se conta de que, como salienta KRISTEVA (1994: 9), “o estrangeiro habita em nós: ele é a face oculta da nossa identidade”, ou seja, é experimentar uma identidade desdobrada entre o materno e o estrangeiro.

Se na base da escrita encontra-se o repetível, CELADA (2008) chama atenção para o fato de que existe um vazio entre o sujeito e a memória histórica em língua estrangeira, pois o sujeito desconhece muito dos pré-construídos dessa nova língua e alguns sentidos se mantêm em suspenso. Assim, se a repetição está na base da regularização e cristalização dos sentidos, o vazio entre sujeito e memória histórica será preenchido à medida que esse sujeito é “tomado” pela língua.

⁵⁶ Expressão espanhola que corresponde, em português, a “além”.

Mas como ser tomado/deixar-se tomar por uma língua? Certamente, algumas possibilidades poderiam responder a essa pergunta, mas aqui nos deteremos a processo de enunciação por meio da escrita, objetivo de nossa reflexão.

A escrita em língua estrangeira é sempre um tema em aberto, porque implica um movimento de tomar para si o “código”, sentir-se confortável com sua sintaxe e, além disso, responder às exigências de ser autor nessa outra língua, conforme postula DE NARDI (2007: 175):

falar da tomada da palavra numa segunda língua é afastar-se da concepção de que seu ensino-aprendizagem deve levar o aprendiz a estar apto para utilização de um instrumento, a língua, afastando-se, também, da concepção, negada pela AD, de que estamos diante de um sujeito intencional. Tomar a palavra é, portanto, o trabalho do sujeito de estabelecer um lugar a partir do qual ele se dirá como tal, o lugar no discurso. Inscreve-se, esse sujeito, assim, em ‘traços significantes’, produzindo espaços de dizer nesta outra língua.

Tomar a palavra em outra língua significa, assim, constituir-se como sujeito também na língua do outro e materializar-se por meio da escrita. Para tanto, o sujeito precisa constituir-se como tal para poder atribuir e construir sentidos nesse novo mundo de que começa a fazer parte.

Concordando com essa posição de DE NARDI (2007) sobre a “tomada da palavra” pelo sujeito nas suas produções escritas, trazemos aqui uma reflexão proposta por AGUSTINI e GRIGOLETTO (2008: 7): a tensão existente nas relações do sujeito com a escrita, ou seja, uma tensão entre a língua materna e a língua nacional. Segundo as autoras, “a língua materna é a língua da constituição psíquica do sujeito. Já a língua nacional é uma língua forjada por eleição de um modelo de correção”. Transpondo essa posição para o contexto da escrita em língua espanhola, podemos considerar que essa tensão é ainda maior, pois o sujeito tem de escrever em uma língua que não é a base de sua constituição psíquica, mobilizar as memórias discursivas dessa nova língua, além de produzir atendendo a um modelo de correção, de sentir-se confortável com a sintaxe e de responder às exigências de ser autor nessa outra língua.

Por esse viés, pensar a escrita à luz da AD é, para INDURSKY (2009: 118), relacioná-la à “dupla face do texto”, isto é, de um lado, temos um texto empírico dotado de uma superfície linguística, com princípio, meio e fim, fechado em si mesmo. De outro, a outra face que o compõe se caracteriza por sua materialidade discursiva, aberto à exterioridade, ao interdiscurso e afetado por suas condições de produção e com sentido indeterminado. São as condições de produção que possibilitam a passagem da superfície linguística de um texto à sua face discursiva. É o caráter sócio-histórico das condições de produção que permite relacionar o texto

ao sujeito, também histórico, além de mostrar a relação do texto com sua exterioridade, o interdiscurso, a ideologia. “E o sujeito-autor de um texto é um sujeito ideologicamente interpelado, é nessa condição que ele vai produzir seu texto”.

Com base no estabelecimento da dupla face do texto, a autora estabelece, então, uma distinção entre **escrita** e **escritura**. A primeira estaria na base da organização textual de sua superfície linguística, enquanto a segunda diz respeito à dimensão textual aberta à exterioridade que remete à materialidade discursiva e que permite que se conceba o texto com um espaço discursivo heterogêneo e simbolicamente fechado. A função discursiva de escritura, portanto, pode fazer emergir um sujeito-autor absolutamente atravessado pelo esquecimento da exterioridade, da alteridade e da instabilidade dos sentidos que se inscrevem em seu texto.

Para INDURSKY (2009: 120-121), o texto, assim, deve ser visto como “um grande recorte do interdiscurso”, produzido por um sujeito ideologicamente interpelado. A organização interna do texto interessa à AD, mas é, principalmente, sobre a organização da face discursiva que esta teoria se debruçará, ou seja, “o modo como o texto organiza internamente sua relação com a exterioridade” e traz para o seu interior outros discursos, outras posições ideológicas. Para reafirmar essas considerações, recorreremos mais uma vez às palavras de INDURSKY (2009: 128):

para que um texto seja considerado enquanto tal, é preciso que os recortes discursivos provenientes do exterior pareçam ter sido produzidos pelo sujeito no interior do texto. Impõe-se igualmente que as marcas da costura dessas diferentes alteridades discursivas tornem-se imperceptíveis. Que elas tenham a propriedade de tornarem-se invisíveis.

Na base dessa abertura para a exterioridade, estão presentes as relações contextuais, textuais, intertextuais, interdiscursivas que remetem o texto à exterioridade e à memória discursiva. Nesse conjunto de fatores, estão presentes os de ordem histórico-social, econômico, cultural, político (contextuais), mas que não são produzidos fielmente, pois, ao discursivizar, o autor o faz de um lugar social, que é ideológico; e os de ordem interdiscursiva, que aproximam o texto a outros discursos, remetendo-os a redes discursivas de formulações tais que já não é mais possível distinguir o que é produzido no texto e o que provém anonimamente do interdiscurso. Por isso, considera-se a opacidade do texto, já que os discursos que o atravessam indeterminam seu sentido.

É nessa perspectiva que, para a AD, o texto é concebido como um processo discursivo cuja materialidade linguística não determina seu início e seu fechamento; um lugar onde os sentidos são deslizantes, moventes, porque a heterogeneidade lhe é constitutiva, já que as palavras, os

enunciados, os saberes que compõem a malha textual remetem a outras palavras, outros enunciados, outros saberes. Ou nas palavras de INDURSKY (2009: 117): “os saberes de um discurso-outro ressoam, sempre, no interior de qualquer texto”.

Seguindo nessa esteira, podemos dizer que, se não há espaços para as subjetividades no texto – resultado de uma ilusão da transparência –, produz-se o efeito da estabilidade e homogeneidade dos sentidos. Um efeito porque há um movimento de recusa da materialidade do texto face à memória e as condições de produção de todo discurso.

Promovendo uma aproximação entre o pensamento foucaultiano e a AD, GRIGOLETTO (2005) propõe uma noção de escrita como **materialidade discursiva lacunar**. Essa noção decorre do fato de que, para FOUCAULT (1992: 35), a escrita “é uma questão de abertura de um espaço onde o sujeito da escrita está sempre a desaparecer”. Trata-se, portanto, de uma materialidade discursiva lacunar “porque abriga em sua constituição a alteridade do sujeito, já que a duplicação da posição-autor é condição de possibilidade para que ela se dê” (GRIGOLETTO 2005: 87). Dessa forma, a escrita, na qual lacunas são produzidas, está submetida, historicamente, à prova da ausência, do esquecimento, ou seja, ela promove o desaparecimento das marcas de subjetividade do autor ao invés de fomentar a sua presença nas produções textuais.

Considerando o campo teórico da AD e sua interface com a Psicanálise lacaniana, outro traço pode ser acrescentado à prática da escrita: o inconsciente, já que nela são inscritas marcas de um sujeito desejante. A partir dessa abordagem, RICKES (2002: 66) afirma uma concepção que deve distanciar-se da ideia de instrumentalização, pois ela não é ensinada da mesma maneira como se transmite uma informação e só pode ser construída na medida em que considere as estruturas do inconsciente do sujeito postas em movimento. A escritura é neste sentido, “o rastro deste movimento. É marca, cicatriz, da colocação em marcha das estruturas inconscientes”.

Se concordamos que o sujeito da AD é afetado, simultaneamente, pela linguagem, ideologia e inconsciente, configurando um *ser-em-falta* e sobre o qual incidem o furo da linguagem, o furo da ideologia e o furo do inconsciente⁵⁷, a escrita pode servir de base para essa *falta* tornar-se o lugar do possível e do impossível para esse sujeito desejante. Ela revela a não plenitude do sujeito, a instabilidade da língua, a heterogeneidade e incompletude do discurso;

⁵⁷ LEANDRO-FERREIRA (2010: 5), em *Análise do Discurso e sua Interface – o lugar do sujeito na trama do discurso*, a partir de uma figura topológica: o *nó borromeano*, introduzida na Psicanálise por Lacan, demonstra o lugar do sujeito no entremeio das três noções de *linguagem – ideologia – inconsciente*. Segundo a autora, “O sujeito estaria assim sendo afetado, simultaneamente, por essas três ordens e deixando em cada uma delas *um furo*, como é próprio da estrutura de um *ser-em-falta*: o *furo da linguagem*, representado pelo *equivoco*; o *furo da ideologia*, expresso pela *contradição*, e o *furo do inconsciente*, trabalhado na psicanálise”.

pode representar um espaço por onde os sentidos transbordam, deslizam, desviam, ficam à deriva porque, para o seu acontecimento enquanto materialidade discursiva, requer-se leitura que, por sua vez, implica interpretação(ões).

A falta constitutiva do sujeito e da língua é, nos termos de LEANDRO-FERREIRA (2010: 6), “o lugar do possível e do impossível (real da língua); impossível de dizer, impossível de não dizer de uma certa maneira – o não-todo no todo, o não-representável no representado”, o que implica nessa relação entre psicanálise e análise do discurso “deixar entrar com força outra concepção de sujeito, um sujeito clivado, assujeitado, submetido tanto ao seu próprio inconsciente, quanto às circunstâncias histórico-sociais que o moldam”.

A fim de compreender como se dá o processo de escrita pelo viés discursivo, GALLO (2008: 18) o analisa pela prática da TEXTUALIZAÇÃO⁵⁸, em cuja base se encontra o sujeito do discurso que “está em relação de simultaneidade com o sujeito do inconsciente e com o sujeito da enunciação, mas tem sua especificidade, o que permite a prática de TEXTUALIZAÇÃO”, compreendida, nos termos de GALLO (2008: 43),

enquanto prática de fixação, de ‘escrituração’ de um fragmento. Nessa perspectiva não se tem jamais um texto em si (como objeto). O que se tem é um fragmento determinado, estabilizado, resultado de um trabalho, um funcionamento: a prática de sua produção. Essa prática é análoga à da escrita que estabiliza uma grafia.

A escrita, neste sentido, trabalha sobre a grafia, dando-lhe sentido; e a TEXTUALIZAÇÃO trabalha sobre a matéria linguística (fragmentos), organizando seus sentidos.

Para a autora, o conhecimento da linguagem implica o conhecimento do sujeito uma vez que nela intervém um sujeito discursivo, constituído sempre no/pelo discurso. Dessa maneira, na constituição da linguagem duas formas de interdição se apresentam: o inter-ditado como rede de dizeres e o inter-ditado como sentido de silenciado.

Com base nessa afirmação e transpondo-a para o campo do ensino-aprendizagem do E/LE, observamos que há quase sempre uma preocupação com o falar “corretamente” para uma boa comunicação. Nessa prática, contempla-se sempre a dimensão linguística – importante na aprendizagem de línguas, mas não suficiente – e deixa-se de considerar os aspectos do inconsciente, os aspectos históricos e ideológicos que constituem o sujeito do discurso. Consideramos relevante essa constatação porque esse sujeito, tal como foi concebido por

⁵⁸ Usamos o termo TEXTUALIZAÇÃO em maiúsculo para manter a forma como GALLO (2008) utiliza no livro citado.

PÊCHEUX (2009: 161), constitui-se numa posição fronteira entre a dimensão do inconsciente e a dimensão enunciativa, mas que se diferencia desses dois (sujeito do inconsciente e sujeito enunciativo) por comportar o que é da dimensão histórica e ideológica. Tais afirmações nos possibilitam afirmar que o sujeito do discurso se caracteriza pela interpelação em sujeito que, nas palavras do autor, “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeito de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”.

As produções discursivas trazem em sua constituição a dispersão dos sentidos e do sujeito que marca a não-linearidade do discurso. Neste sentido, os processos de “autenticação” e “legitimação” encontram-se na base da relação entre dispersão e fechamento. Segundo GALLO (2008: 57-58), o primeiro, que está no nível do inconsciente e é resultado da ilusão definida nos estudos pècheuxtianos como ‘esquecimento n. 1’, é responsável por “tornar ‘autêntico’ (como no original) um sentido determinado que viabiliza a identificação de um sujeito”. O segundo, que está no nível da pré-consciência e é resultado do ‘esquecimento n. 2’, “legitima (faz parecer único) um sentido determinado de um enunciado determinado, apagando o universo discursivo de onde esse sentido se descola”. Dito de outra maneira: os processos de “autenticação” e “legitimação” corroboram a não existência de uma enunciação inédita, já que ela é resultado de uma historicidade constitutiva; e a afirmação de que o sujeito não é origem do dizer, pois, ao enunciar, ele rediz um dito já enunciado.

Criar, portanto, condições mediante as quais os estudantes possam se inscrever em posições-sujeito de discursos variados e inserir-se em discursividades diferentes das de sua língua materna passa a ser o desafio para a promoção de deslocamentos identitários dos aprendizes.

Enfim, como bem pontua SCHONS (2005: 140), é pela/na escrita que estamos sempre “fazendo rascunhos em nossas vidas, os quais se cruzam com tantas outras vidas já rascunhadas e (re)desenhadas, e que a nossa escrita implica escolhas, talvez diferentes daquelas que já estão legitimadas”. A escrita se revela, assim, como um processo de nunca acabar.

Entretanto, uma visão estritamente gramaticalizada da língua impede que o aprendiz se posicione durante o processo de escritura, pois, para assumir a posição de sujeito-autor, ele precisa muito mais do que o conhecimento dos mecanismos linguísticos de uma língua; precisa também, nos termos de AIUB (2014: 113), “estar inscrito em determinada formação discursiva, estar posicionado a partir de condições sócio-histórico-ideológicas”. Não estamos negando aqui, entretanto, que o conhecimento do léxico, de estruturas linguísticas não seja importante para o processo de aprendizagem de uma língua estrangeira, mas sim defendendo que é

fundamental que se perceba como os léxicos e as estruturas linguísticas produzem diferentes sentidos, isto é, não se deve fazer desses elementos o objeto central do estudo do texto, mas observar os efeitos de sentidos que eles provocam nessa unidade do discurso: o texto.

Concluindo: apenas um efeito

Designamos esta seção de “apenas um efeito” por defendermos que a escrita, a subjetivização e a discursividade em E/LE (e também em língua materna) se tratam de processos e que, portanto, encontram-se em constante movimento, nunca se fecham, nunca acabam.

Consideramos que a aprendizagem é uma busca por outro lugar por parte do sujeito, que tenta o tempo todo – mesmo inconscientemente – instaurar-se na língua do outro, vivendo a ilusão de algum dia dominá-la, um domínio que jamais será alcançado, pois a língua não é um aparelho, um instrumento. Entretanto, pode-se dizer com AIUB (2014: 15) que a busca por esse outro lugar é o que movimenta a aprendizagem. Aprender uma língua estrangeira é perceber que existem outras formas de dizer, outras formas de se comunicar, outras formas de subjetivizar-se. Aprender uma língua estrangeira é “deixar capturar-se, é imaginar que se domina, mas é ser tomado inconscientemente pelo outro da língua estrangeira”.

Optar por uma concepção de ensino-aprendizagem de E/LE, cujo eixo seja o processo de subjetivização, portanto, é possibilitar ao sujeito o acesso à singularidade, além de superar o que ORLANDI (1998: 208) denomina de ‘repetição empírica’ – a mera reprodução, dizer o mesmo, o idêntico – e ‘repetição formal’ – a reprodução de frases, exercícios gramaticais. O trabalho em E/LE deverá pretender atingir a ‘repetição histórica’ que “inscreve o dizer no repetível enquanto memória constitutiva, saber discursivo, em uma palavra, enquanto interdiscurso: rede de filiações que faz a língua singular para o sujeito que, assim, também signifique”. Nesse sentido, o professor estará privilegiando o processo de constituição de diferentes sentidos, o que é impossível de ser alcançado quando se adota o viés da decodificação.

Para a teoria do discurso na AD, lugar de onde falamos, não é possível dar conta do domínio do sentido se considerarmos só a língua, já que esta funciona como a ancoragem do discurso, o qual, por sua vez, possibilita-nos perceber o processo de construção múltipla de sentidos, as falhas da língua, as múltiplas relações entre significado-significante,

configurando-se como uma forma de acesso à ordem da língua, na qual está presente o jogo de possibilidades que permite perceber esses efeitos de sentido.

Referências bibliográficas

AGUSTINI, Carmen Lúcia Hernandes; GRIGOLETTO, Evandra. Escrita, alteridade e autoria em análise do discurso. In: *Matraga* 22 (15), 2008, 145-156.

AIUB, Giovani Forgiarini. *O sujeito entre línguas materna e estrangeira: lugar de interferências, historicidade, reverberações*. Curitiba: Appris, 2014.

CELADA, María Teresa. O que quer, o que pode uma língua? Língua estrangeira, memória discursiva, subjetividade. In: *Revista Letras* 37, 2008, 145-168.

DE NARDI, Fabiele Stockmans. Entre a rejeição e o acolhimento na língua do outro. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo* 5(2), 2009, 182-193.

_____. *Um olhar discursivo sobre a língua, cultura e identidade: reflexões sobre o livro didático para o ensino de espanhol como língua estrangeira*. Tese de doutorado. Instituto de Letras/UFRGS, Porto Alegre, 2007.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* 2. ed. Vega: Passagens, 1992.

GALLO, Solange Leda. *Como o texto se produz: uma perspectiva discursiva*. Blumenau: Nova Letra, 2008.

GRIGOLETTO, Evandra. *O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar*. Tese de doutorado. Instituto de Letras/UFRGS, Porto Alegre, 2005.

INDURSKY, Freda. A escrita à luz da Análise do Discurso. In: CORTINA, Arnaldo; NASSER, Sílvia Maria Gomes da Conceição. (orgs.). *Sujeito e linguagem*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 117-131.

KRISTEVA, Júlia. *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. Análise do Discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. In: *ORGANON* 48(24), 2010, 1-12.

MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

ORLANDI, Eni Puccineli. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1998.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

RICKES, Simone Moschen. M. A escrita como cicatriz. In: *Educação e Realidade* 27(1), 2002, 51-71.

SCHONS, Carme Regina. Escrita, efeito de memória e produção de sentidos. In: SCHONS, Carme Regina; RÖSING, Tania M. K. *Questões de escrita*. Passo Fundo: UPF, 2005. p. 138-156.

SERRANI, Silvana. Identidade e segundas línguas: as identificações no discurso. In. SIGNORINI, Inês. (org.). *Língua(gem) e identidade*. Campinas: Fapesp/Faep/Mercado de Letras, 1998.

_____. Singularidade discursiva na enunciação em segundas línguas. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos* 38, 2000, 109-120.

_____. Memórias discursivas, línguas e identidades sócio-culturais. In: *ORGANON* 35(17), 2003, 283-297.